

A HISTÓRIA DA IMPRENSA NO CONTEXTO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

André Mazini¹

Resumo

Este trabalho propõe um panorama sobre as pesquisas desenvolvidas sobre a história da imprensa brasileira, no contexto do campo historiográfico. Apesar de ser amplamente utilizada por historiadores, como fonte complementar, há ainda poucos trabalhos que tomem a própria imprensa como objeto de pesquisa. Nesse sentido, uma das contribuições desse artigo é apresentar um breve quadro de como têm se estruturado as pesquisas nessa área, no Brasil.

Palavras-chave: : Imprensa; História; Historiografia

Trabalho apresentado no 1º Encontro Centro-Oeste de História da Mídia – Alcar CO 2012, 31/10 e 01/11 2012, Unigram/Dourados/ MS. .

Jornalista graduado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo. Atualmente faz doutorado em História pela UFGD e leciona nos cursos de Comunicação Social do Centro Universitário da Grande Dourados. Email: andre_mazini@hotmail.com

1. Introdução

Desde que a Família Real desembarcou na então Colônia Brasileira, trazendo consigo uma prensa tipográfica, os periódicos passaram a fazer parte dos contornos culturais. O jornalismo teve um início questionável com a Gazeta do Rio de Janeiro, e com o Correio Braziliense viveu uma experiência de imprensa que, ao menos oficialmente, não era financiada pela Coroa. Além desses dois principais expoentes, o início da imprensa brasileira, século XIX, foi marcado, segundo Virgílio Noya Pinto (2000), por três características principais:

1.º) Ela é constituída, na sua maioria, por jornais de vida efêmera. Poucos são aqueles que sobreviveram mais de dez anos: Ex: Diário do Rio de Janeiro (1821-1878), O Liberal (1844-1855), Correio Mercantil (1848-1868), A Reforma (1869-1879), O País (1884-1930) e o Diário de Notícias (1885-1895).

2º) Ela é propriedade de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos e tem como objetivo defender ou combater uma causa momentânea. Político por excelência, este jornal está diretamente ligado às transformações do próprio Império. Por exemplo: a) Luta pela Independência: O Espelho (1821-1823), A Malagueta (1821-1832), O Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822), Correio do Rio de Janeiro (1822-1823). b) Fechamento da Assembléia Constituinte: Silfo (1823), A Sentinela da Liberdade à Beira do Mar da Praia Grande (1823), O Correio Extraordinário do Rio (1823), O Tamoio (1823). c) Abdicação de D. Pedro I: Astréa (1826-1827), Aurora Fluminense (1827-1835). d) Lutas na Regência: entre 1830 e 1840 surgiram 608 jornais e apenas 318 conseguiram sobreviver por mais de um ano. e) Golpe da Maioridade (luta entre liberais e conservadores). Liberais: O Despertador (1838-1841), Farol Constitucional (1842-1843), O Novo Tempo (1844-1845). Conservadores: O Brasil (1840-1852), O Sentinela da Monarquia (1840-1841), O Eco do Rio (1843-1847). f) Abolição da escravatura. Abolicionistas: Gazeta da Tarde (1880-1901), Cidade do Rio (1887-1902), O Abolicionista (1880-1881), além de O País (1884-1930) e o Diário de Notícias (1885-1895), que sobreviveram por mais tempo por terem se ligado também à causa republicana. Escravocrata: Novidades (1887-1892).

3.º) Ela se diversifica como reflexo da evolução sociocultural: a) Periódicos especializados: Gazeta Musical do Brasil (1860-1861), Revista Médica Brasileira (1841-1845), Gazeta dos Hospitais do Rio de Janeiro (1850-1852), Revista Odontológica (1877-1879), O Economista Brasileiro (1878), Revista Financeira (1888), Gazeta Jurídica (1852-1854), Gazeta Forense (1857-1858), Revista Jurídica (1865-1870), Revista Teatral (1860), A Religião (1848).

Se no século XIX há no Brasil um imprensa com tais características, no século XX ela fixa raízes na cultura brasileira já moldada por ideais mercantilistas, transformando a notícia, de um serviço de utilidade pública para um produto como qualquer a venda. Este cenário potencializa a profissionalização da imprensa brasileira e consequente ampliação do alcance dos periódicos, fenômeno que passa, a partir da primeira metade do século XX, a motivar diversos estudos no campo das Ciências Humanas e Sociais, como com a Sociologia buscando identificar a função do jornalismo no contexto social que se desenhava, a Psicologia tentando entender como tais mensagens eram recebidas pelas pessoas, e mesmo com a Economia, potencializando os reflexos financeiros

A imprensa e a história

Em sua participação no livro organizado por Carla Pinsky, *O Historiador e Suas Fontes*, Tânia Regina de Luca pontua que a segunda metade do século XX testemunhou uma significativa mudança de paradigma no campo dos estudos historiográfico, no que diz respeito à análise dos periódicos. De acordo com Luca, somente a partir da década de 1970 o jornal passa a ser concebido como um possível objeto da pesquisa histórica e deixa de ser utilizado, tão somente, apenas “como fonte confirmadora de análises apoiadas em outros tipos de documentação” (LUCA, 2010, p.118).

Como um dos marcos dessa mudança é indicado por Luca o trabalho *Bravo Matutino*, de Maria Helena Capelato e Maria Lidia Prado. Na contramão das pesquisas históricas realizadas em sua época, e até mesmo enfrentando possíveis preconceitos quanto à investigação da história a partir de periódicos, a dupla de pesquisadoras elegeu como fonte única de investigação e análise crítica o jornal *O Estado de S. Paulo*.

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se inserem. (CAPELATO e PRADO, 1980, p. 19)

Nas décadas que se seguiram ocorreu uma maior abertura do campo historiográfico no que diz respeito à apreensão de diferentes objetos, sendo notadamente crescente o número de estudiosos que analisaram a história a partir das lentes da imprensa. O panorama fica ainda mais evidente nos campos das histórias cultural e política, em pesquisas com recorte temporal a partir do século XIX, período em que os jornais apresentavam suas leituras sobre os acontecimentos sociais, evidentemente com diferentes níveis de comprometimento político, econômico e ideológico. “As renovações no estudo da história política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder. Os questionamentos desse campo, imbricados com os aportes da história cultural, renderam frutos significativos” (LUCA, 2010, p.128).

Apesar de progressivamente reconhecida como objeto da história, esta sempre enxergou a imprensa com desconfiança. A suspeição é traduzida, de acordo com Luca, por João Honório Rodrigues que, mesmo considerando o jornal como “umas das principais fontes de informação histórica”, alertava, com razão, que “nem sempre a independência e exatidão dominam o conteúdo editorial”. Conteúdo este, caracterizado pelo autor como “mistura do imparcial e do tendencioso, do certo e do falso” (RODRIGUES, 1968, p. 198).

Se por um lado é justificada, nos estudos históricos, a desconfiança a respeito do conteúdo presente nas páginas dos periódicos, por outro, de acordo com Luca, é perceptível que, comprometidos ou não, os jornais são pautados por aquilo que se julga relevante para a sociedade de sua época imediata.

Pode-se admitir, à luz do percurso epistemológico da disciplina, e sem implicar a interposição de qualquer limite ou óbice ao uso de jornais e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. (LUCA, 2010, p.139)

Dessa forma, o pesquisador dos periódicos, segundo Luca (2010, p.140), trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só, segundo ela, já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade à alguma coisa.

Tendo a legitimidade, socialmente reconhecida, de informar às pessoas os acontecimentos de interesse público, a imprensa se apropria de um representativo poder simbólico, especialmente a partir da passagem entre os séculos XIX e XX, quando o jornalismo entra em sua “era industrial” (MELO, 2005). Nesse período, a imprensa se profissionaliza e ganha status de mediadora das informações sociais.

Nessa transição do artesanal para o industrial, as matérias deixam de ser expressões explicitamente ideológicas, e até panfletárias – como ocorreu largamente após a Revolução Francesa –, e passam a representar todo um contexto social a partir de uma premissa frágil, porém defendida à peso de ouro, de objetividade, imparcialidade e verdade. Se concordamos com Chartier (1988), quando afirma que as representações do mundo social são sempre determinadas pelo grupo que as forjam, temos na imprensa uma grande influência das representações de mundo construídas a partir do século XX.

Uma metodologia possível

É em sua busca por encontrar estratégias eficientes de análise histórica dos periódicos que Tânia Regina de Luca deixa sua principal contribuição acadêmica. As etapas apontadas pela pesquisadora como fundamentais para desenvolver pesquisas cuja principal fonte seja a imprensa são:

“Encontrar fontes e constituir uma longa e representativa série”;

A disponibilidade das fontes é um pré-requisito fundamental nesse tipo de abordagem. A análise isolada de exemplares de periódicos, impossibilitando assim uma visão mais ampla do objeto e sua linha editorial, pode comprometer o trabalho acadêmico. Por isso é preciso que haja uma série que atenda aos anseios de pesquisa, pelo menos, em relação ao recorte temporal adotado.

“Localizar as publicações na história da imprensa”;

A pesquisa precisa identificar um panorama da história da imprensa no período estudado e verificar como os jornais se posicionavam em relação ao contexto de jornalismo profissional da época. Caso os jornais sejam, por exemplo, do século XIX, é necessário ter em vista as influências que a imprensa da época recebia dos ideais propagados pela Revolução Francesa, resultando em um jornalismo parcial, militante, politizado e feito, normalmente, sem visar o lucro. Essa realidade muda no século XX, quando a imprensa se industrializa e a notícia se transforma em um produto vendável. Tais contextos necessitam ser contemplados a fim de que a análise dos periódicos seja completa.

“Atentar para as características de ordem material”;

Apesar de dedicar maior atenção às narrativas jornalística e ao discurso produzido pelos periódicos, a metodologia de pesquisa desenvolvida por Luca também contempla os aspectos de ordem material da publicação, como por exemplo: tipo de material impresso; presença/ausência de imagens; destaque das matérias

selecionadas dado em manchetes, títulos e chamadas de capa; entre outros. Em síntese, os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que o cercam (p.129).

“Assenhorar-se da forma de organização interna do conteúdo”;

Verificar como as matérias sobre o tema analisado eram distribuídas nos jornais – desde localização na página, até disposição em editoriais – é apontado por Luca como um passo importante para estudar a dedicação com que cada periódico se relacionava com os temas.

“Caracterizar o grupo responsável pela publicação”;

Compreender quem eram os responsáveis por “ditar as regras” nos jornais é fundamental para entender o objeto imprensa. Durante a pesquisa é necessário caracterizar, na medida do necessário, os donos dos jornais e verificar se eles interferiam no conteúdo publicado, e de que forma.

“Identificar os principais colaboradores”;

As relações comerciais dos jornais revelam muito dos interesses que seus proprietários buscam preservar, especialmente quando a imprensa em questão se desenvolve a partir do século XX, na chamada era industrial do jornalismo.

“Identificar o público a que se destinava”;

Outra etapa elementar na pesquisa com uso de periódicos é identificar o público-alvo do jornal que se pretende analisar. Nessa etapa, tem-se uma perspectiva mais ampla sobre o que se publicava nas matérias em análise e por que elas eram produzidas.

“Analisar todo o material de acordo com a problemática escolhida” (LUCA, 2010, p.141).

A última proposição metodológica citada acima é ampla e dá margem a uma análise ajustada às demandas que se apresentarem ao longo de cada pesquisa. No contexto deste projeto o estudo do caso será desenvolvido essencialmente a partir das fontes documentais e entrevistas com agentes envolvidos no contexto histórico estudado.

Em uma ampla síntese das orientações metodológicas, a pesquisa contemplará desde a forma como os impressos chegaram às mãos dos leitores, sua aparência física (formato, tipo de papel, qualidade da impressão, capa, presença/ausência de ilustrações), a estruturação e divisão do conteúdo, as relações que manteve (ou não) com o mercado, a publicidade, o público a que visava atingir, os objetivos propostos.

Condições materiais e técnicas em si dotadas de historicidade, mas que se engatam a contextos socioculturais específicos, que devem permitir localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que essa não se constitui em um objeto único e isolado. Noutros termos, o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes periódicas. (LUCA, 2010, p.138)

A História da Imprensa em Mato Grosso do Sul

Apesar de servir como fonte secundária para diferentes tipos de pesquisa que tenham como objetivo elucidar contornos da história de Mato Grosso do Sul, a imprensa ainda é pouco adotada como objeto de estudo principal nas pesquisas desenvolvidas no Estado.

No campo da Comunicação Social, a baixa produção acadêmica sobre a História da Imprensa estadual se deve, entre outros fatores, à incipiência do próprio campo acadêmico da Comunicação Social em Mato Grosso do Sul. Com a fundação do primeiro curso de jornalismo do Estado no início da década de 1989, pela UFMS, o primeiro curso de mestrado na área só veio a selecionar sua primeira turma em 2011. Com uma linha de pesquisa em Mídia, Identidade e Regionalidade, o programa se propõe a estimular pesquisas que supram a carência por estudos sobre a história da imprensa no Estado.

Mesmo não contando com um programa de pós-graduação *stricto sensu* até 2011, o curso de jornalismo da UFMS chegou a fundar em 2005-2006, por meio da pesquisadora Ruth Viana, um grupo de estudo vinculado à Rede Alfredo de Carvalho (Rede Alcar), dedicado à produção acadêmica sobre história da imprensa. O grupo, porém, apesar de estimular a produção pontual de pesquisas sobre o tema, não chegou a desenvolver um amplo estudo sobre a história da imprensa em MS.

Com uma produção acadêmica mais consolidada, contando com um programa de pós-graduação desde 1999 no então campus da UFMS em Dourados (que depois viria a se tornar Universidade Federal da Grande dourados – UFGD), os historiadores de MS também pouco produziram sobre a história da imprensa no Estado.

De acordo com o pesquisador Marcelo Cândia, no período da consolidação da divisão de Mato Grosso e conseqüente surgimento de Mato Grosso do Sul, o Estado era pouco integrado na área de comunicação. “Existiam jornais impressos e emissoras de rádio em alguns municípios, mas a maior concentração de empresas jornalísticas encontrava-se em Campo Grande: três emissoras de rádio AM (Educação Rural, Difusora e Cultura), dois jornais diários (Correio do Estado e Diário da Serra) e uma emissora de televisão (TV Morena, canal 6). Entre todos os outros municípios, apenas Corumbá contava com outro canal de televisão, a TV Cidade Branca, inaugurada em 1970” (CÂNCIO, acessado em 18/01/2012).

Neste mesmo período, Dourados também contava com um cenário profissional de produção noticiosa, com destaque para os dois diários impressos de maior alcance: O Progresso e o Folha de Dourados.

Atualmente, o Mapa de Mídia de MS, produzido pelo projeto Portal de Mídia, do curso de Comunicação Social da UFMS, contabiliza 173 veículos de comunicação cadastrados, entre jornais, sites, emissoras de rádio e TV.

A incipiência dos estudos sobre história da imprensa em MS não encontra justificativa na falta de documentos a serem pesquisados. No Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA) e no Centro de Documentação Histórica da UFGD, por exemplo, está disponível um grande acervo de edições dos principais jornais das regiões central e sul do Estado, respectivamente. Além desses, os jornais mais antigos, ainda em atividade, como o Progresso e o Correio do Estado, mantém em suas sedes um acervo histórico próprio com todas as suas edições já publicadas até hoje.

Em Dourados

Na região da Grande Dourados um dos trabalhos que buscou com propriedade traçar um histórico da imprensa na região é o livro *Dourados: Memórias e Representações de 1964*, fruto da tese de doutoramento de Suzana Arakaki, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da UFGD.

De acordo com a autora, os relatos que remetem à existência dos primeiros periódicos datam de 1926. Intitulado Jandaia, o primeiro jornal que se tem notícia era impresso em Campo Grande e teve vida breve, “sua edição foi suspensa porque uma pessoa da cidade não gostou de um artigo”, conta Arakaki (2003, p.105). Depois disso, *O Douradense* circulou de 1948 até meados de 1950.

Fundado em Ponta Porã na década de 1920, *O Progresso* passou a ser distribuído em Dourados em 1951. “O jornal foi impresso na tipografia de Naurestides Brandão, na cidade de Dourados. A tipografia foi instalada na cidade com uma providencial subvenção da Prefeitura local. Até meados do ano de 1964, o jornal era semanário, a partir dessa data, passou a ser editado diariamente” (ARAKAKI, 2003, p. 105).

Entre esses e outros periódicos citados por Arakaki, os jornais douradenses alimentam semelhança em suas linhas editoriais. A maioria, apesar de defender a neutralidade editorial, acabou por demarcar claramente suas posições político-partidárias e ideológicas. Como no caso do *Jornal de Dourados* que se fixou na cidade de Dourados na década de 50, sobre quem a autora comenta: “O discurso de neutralidade, comum entre os periódicos, não se sustentou nem mesmo no primeiro número, no qual pode-se identificar demarcação de posições ideológicas”, (ARAKAKI, 2003, p. 106).

Fontes Bibliográficas

- ARAKAKI, Suzana. Dourados: memórias e representações de 1964. Dourados, MS: Editora UEMS, 2008.
- CÂNCIO, Marcelo. História do Telejornalismo em Mato Grosso do Sul. Disponível em <http://www.portaldemidia.ufms.br/wp-content/uploads/2011/04/Marcelo-Cancio-Hist%C3%B3ria-do-Telejornalismo-em-Mato-Grosso-do-Sul.pdf> (acessado em 10/01/2012).
- CÂNCIO, Marcelo. Televisão Fronteiriça: TV e telejornalismo na fronteira do Brasil e Paraguai. Editora UFMS, 2011.
- CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. O Bravo Matutino, imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo, SP, Alfa e Omega, 1980.
- CERTEAU, M. de. A operação histórica. In: LE GOFF, J. & NORA, P. (Orgs.) História: novos problemas. 2a. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- LUCA, T. R. de (Org.) ; MARTINS, A. L. (Org.) . História da Imprensa no Brasil (co-organização Ana Luiza Martins). 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008. v. 1. 303 p.
- LUCA, T. R. de; MARTINS, Ana Luiza. Imprensa e cidade. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- LUCA, Tania Regina de. A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos, e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.
- PINTO, Virgílio Noya. Comunicação e a Cultura Brasileira. 5a edição – Série Princípios. Editora Ática: São Paulo, 2000.